

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Justiça

Dimensão: 919 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 29



EXAME PRÉVIO

O fracasso do pacto da justiça

As sucessivas propostas de pactos para a justiça ou não têm levado a nada, ou têm levado a resultados absolutamente desastrosos para o nosso sistema de justiça



Luís Menezes Leitão

Em entrevista ao "Público" do passado fim-de-semana, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça declarou que "apesar das esperanças do Presidente da República, o pacto da justiça terá abortado", não existindo "até ao momento qualquer iniciativa para o recuperar, nem total nem parcialmente". Avisou, porém, os políticos de que o sector da justiça "não pode ser uma disputa permanente em termos político-partidários, porque isso desestabiliza o funcionamento do sistema".

Pela nossa parte, sempre tivemos ocasião de criticar as sucessivas iniciativas de pactos para a justiça com que o sector da justiça anda entretido, pelo menos, desde 2003. Efectivamente, a primeira iniciativa de pacto para a justiça deveu-se a José Miguel Júdice que, quando era bastonário da Ordem dos Advogados, quis organizar um Congresso da Justiça do qual deveria sair um pacto para a justiça, que acabou por ser assinado em 2006 entre os grupos parlamentares do PS e do PSD. Esse pacto viria a ser rompido em 2008 pelo PSD, depois de ter conduzido a reformas desastrosas na justiça que, aliás, passaram com muito pouca contestação. Entre estas esteve o alargamento da possibi-

lidade de suspensão das penas para crimes com penas de prisão até aos cinco anos, que hoje muita gente contesta, mas que na altura poucos criticaram.

Uma década depois, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, na abertura do ano judiciário em 2016, apelou novamente a que os agentes do sector se entendessem para organizar um pacto para a justiça. Segundo ele, o pacto partiria de uma base de consenso entre os agentes da justiça – magistrados, advogados, funcionários, universitários – e só depois deveria evoluir para a aprovação pelos partidos políticos. No seu entender, seriam os parceiros não partidários do mundo da justiça que deveriam "criar plataformas de entendimento que possam abrir caminho aos partidos políticos". O apelo do Presidente da República foi seguido e, em Janeiro de 2018, foi efectivamente assinado um pacto para a justiça entre as associações sindicais dos magistrados e funcionários judiciais e as ordens dos advogados e dos solicitadores e agentes de execução. Esse pacto foi entregue pelos agen-

tes do sector, em audiência no Palácio de Belém, ao Presidente da República, o qual "saudou a originalidade do contributo", apelando a que os partidos também chegassem a consenso nas medidas apresentadas e desejando que "assim fosse também noutras áreas da sociedade portuguesa", como a segurança social, a saúde e a educação.

Esse pacto continha 88 propostas, entre as quais estava a redução das custas judiciais, que todo o sector deseja, e que tem aspectos já declarados inconstitucionais, mas a verdade é que o governo e os partidos políticos não pegaram minimamente nessas propostas, tendo sido colocado na gaveta o referido pacto. Não espanta, por isso, que agora apareça o presidente do Supremo Tribunal de Justiça a reconhecer o fracasso do mesmo. Esperar-se-ia, porém, que o Presidente da República explicasse as razões por que o seu apelo caiu em saco roto e se responsabilizasse pessoalmente pelo ocorrido. Na verdade, não se mobiliza o sector para construir consensos sem assegurar pelo menos que há disponi-

bilidade do poder político para dar sequência ao trabalho realizado. Fazer isso é brincar com os profissionais do sector e com uma área tão relevante para os cidadãos como a justiça.

As sucessivas propostas de pactos para a justiça ou não têm levado a nada, ou têm levado a resultados absolutamente desastrosos para o nosso sistema de justiça. É, por isso, mais do que altura de os profissionais do sector se deixarem de seguir os cantos de sereia do poder político a sugerir estas iniciativas, já que das mesmas não resultou até agora nada de positivo. A justiça não precisa de pactos que exprimem propostas vagas das quais nada de relevante resulta. Precisa de medidas concretas pelas quais o poder político tem de se responsabilizar. É altura de o sector da justiça abandonar os consensos vazios e passar a exigir as reformas que têm de ser feitas.

*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Escreve à terça-feira, sem adopção das regras do acordo ortográfico de 1990*

A justiça não precisa de pactos que exprimem propostas vagas das quais nada de relevante resulta. Precisa de medidas concretas pelas quais o poder político tem de se responsabilizar



O Presidente da República devia explicar porque caiu em saco roto o seu apelo